Demonstrações Financeiras Intermediárias

American Life Companhia de Seguros

30 de junho de 2018
com Relatório do Auditor Independente

American Life Companhia de Seguros

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

Índice

Relatório da Administração 1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias 2

Demonstrações financeiras intermediárias auditadas
Balanços patrimoniais 6
Demonstração do resultado 8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 9
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto 10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 11

Relatório da administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da American Life Companhia de Seguros referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

A Administração destaca que, mesmo com o cenário econômico adverso observado, a receita de prêmios ganhos registrou crescimento de 11,6%, ao tempo em que os sinistros ocorridos apresentaram redução de 9,93%, o que levou o índice combinado a 95,7%.

No que se refere à política de investimentos, a Empresa, por conservadorismo, concentra a quase totalidade dos investimentos (94%) em títulos públicos federais. Ressaltamos que todos os referidos títulos encontram-se aptos à negociação.

A American Life Companhia de Seguros agradece aos seus Segurados, Corretores e demais parceiros de negócios e também à Superintendência de Seguros Privados SUSEP, a confiança depositada na Empresa, e aos nossos colaboradores pela dedicação e valiosas contribuições no desenvolvimento da Companhia."

São Paulo, 31 de agosto de 2018.

Diretoria

Pedro Pereira de Freitas – Diretor Presidente
Francisco de Assis Fernandes – Diretor
Paulo de Oliveira Medeiros - Diretor
Vicente de Paula Alves da Cunha - Diretor
Benedito Yukihide Tamashiro – Contador CRC 1SP 196 180/O – 3
Sergio J. Leonardi – Atuário – MIBA 0411

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e Acionistas da,
American Life Companhia de Seguros
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da American Life Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da American Life Companhia de Seguros em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

American Life Companhia de Seguros

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Ativo	Notas	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		**206.979**	**188.490**
Disponível		**10.080**	**7.378**
Caixa e bancos	5	10.080	7.378
Aplicações	**6**	**140.318**	**129.681**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**23.367**	**23.448**
Prêmios a receber	7.1	20.626	21.060
Operações com seguradoras		76	275
Operações com resseguradoras	7.2.2	2.665	2.113
Outros créditos operacionais	**7.2.1**	**435**	**523**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**8**	**14.566**	**9.950**
Títulos e créditos a receber		**688**	**968**
Créditos tributários e previdenciários	9.1.1	300	609
Depósitos judiciais e fiscais		93	302
Outros créditos	10	295	57
Despesas antecipadas		**10**	**10**
Custo de aquisição diferido	**11**	**17.515**	**16.532**
Não circulante		**24.271**	**21.279**
Realizável a longo prazo		**22.833**	**19.787**
Títulos e créditos a receber		**697**	**54**
Deposito judiciais fiscais		643	-
Outros créditos a receber	10	54	54
Custo de aquisição diferidos	**11**	**22.136**	**19.733**
Seguros		22.136	19.733
Investimentos		**314**	**304**
Participações societárias	12	314	304
Imobilizado		**1.078**	**1.110**
Imóveis de uso próprio	13	700	718
Bens móveis	13	378	392
Intangível		**46**	**78**
Outros intangíveis	14	46	78
Total do ativo		**231.250**	**209.769**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		**161.544**	**143.446**
Contas a pagar		**5.334**	**4.152**
Obrigações a pagar	15.1	1.175	696
Impostos e encargos sociais a recolher	15.2	901	933
Encargos trabalhistas	15.3	1.361	995
Impostos e contribuições	9.1.2	1.122	902
Outras contas a pagar	15.1	775	626
Débitos de operações com seguros e resseguros		**13.990**	**10.792**
Premios a restituir		9	6
Operações com seguradora		640	605
Operações com resseguradoras		8.702	6.108
Corretores de seguros e resseguros	7.2.3	4.639	4.073

Depósitos de terceiros	**16**	**131**	**345**
Provisões técnicas - seguros	**17**	**142.089**	**128.157**
Danos		76.364	67.128
Pessoas		65.725	61.029
Não circulante		**30.903**	**28.113**
Contas a pagar		**206**	**213**
Tributos diferidos	9.1.2	206	213
Outros débitos		**487**	**126**
Provisões Judiciais	19.1	487	126
Provisões técnicas – seguros		**30.210**	**27.774**
Pessoas	17	30.210	27.774
Patrimônio líquido		**38.803**	**38.210**
Capital social	20.1	32.278	32.278
Reservas de reavaliação	20.2	309	319
Reservas de lucros	20.3	6.216	5.613
Total do passivo e do patrimônio líquido		**231.250**	**209.769**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

American Life Companhia de Seguros

Demonstração do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)

Demonstração do resultado	Notas	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos		**103.354**	**89.905**
Variação das provisões técnicas de prêmios	23	(4.940)	(1.750)
Prêmios ganhos	**22**	**98.414**	**88.155**
Sinistros ocorridos	**22**	**(35.790)**	**(39.736)**
Custos de aquisição	**24**	**(38.429)**	**(34.232)**
Outras receitas e despesas operacionais	**25**	**346**	**588**
Resultado com resseguro		**(4.950)**	**1.071**
Receita com resseguro		9.152	8.394
Despesa com resseguro		(14.102)	(7.323)
Despesas administrativas	**26**	**(15.004)**	**(12.877)**
Despesas com tributos	**27**	**(3.669)**	**(3.325)**
Resultado financeiro	**28**	**2.702**	**3.515**
Resultado operacional		**3.620**	**3.159**
Ganhos com ativos não correntes		**90**	**-**
Resultado antes dos impostos e participações		**3.710**	**3.159**
Imposto de renda	9.1.3	(834)	(647)
Contribuição social	9.1.3	(689)	(535)
Participações sobre o resultado		(370)	344
Lucro líquido do semestre		**1.817**	**2.321**
Quantidade de ações		27.114.539	27.114.539
Lucro líquido por ação - R$		0,07	0,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

American Life Companhia de Seguros

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
Em milhares de reais

		Reservas de lucros				
	Capital social	**Reservas de reavaliação**	**Reserva legal**	**Reserva estatutária**	**Lucros acumulados**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2016	**32.278**	**340**	**1.512**	**2.928**	**-**	**37.058**
Realização da reserva de reavaliação	-	(17)	-	-	17	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	7	-	-	-	7
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.321	2.321
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(500)	(1.279)	(1.779)
Em 30 de junho de 2017	**32.278**	**330**	**1.512**	**2.428**	**1.059**	**37.607**
Em 31 de dezembro de 2017	**32.278**	**319**	**1.719**	**3.894**	**-**	**38.210**
Realização da reserva de reavaliação	-	(17)	-	-	17	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	7	-	-	-	7
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.817	1.817
Reserva Estatutaria	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	(1.231)	(1.231)
Em 30 de junho de 2018	**32.278**	**309**	**1.719**	**3.894**	**603**	**38.803**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

American Life Companhia de Seguros

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	30/06/2018	30/06/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	**1.817**	**2.321**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	118	114
Outros Ajustes	7	7
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(10.637)	(7.048)
Créditos das operações de seguros e resseguros	81	(1.835)
Ativos de Resseguro	(4.616)	(4.109)
Créditos fiscais e previdenciários	309	(74)
Depósitos judiciais e fiscais	(434)	198
Despesas antecipadas	-	(1)
Custos de Aquisição Diferidos	(3.386)	(1.486)
Outros Ativos	(150)	5.303
Contas a pagar	840	(871)
Impostos e contribuições	554	(707)
Outras contas a pagar	149	(8)
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.198	(1.627)
Depósitos de terceiros	(214)	(753)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	16.369	12.094
Outros passivos	(7)	(7)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	**3.998**	**1.511**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela Compra:		
Investimento	(11)	11
Imobilizado	(54)	(51)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	**(65)**	**(40)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(1.231)	(1.779)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	**(1.231)**	**(1.779)**
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.702**	**(308)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	7.378	5.267
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	10.080	4.959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1 Contexto operacional

A American Life Companhia de Seguros ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar nos ramos de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, podendo ainda participar de outras sociedades, conforme definido na legislação em vigor. Sua composição acionária se dá de 99,9% de ações ao Sr. Pedro Pereira de Freitas e 0,01% de ações destinadas ao Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e Francisco de Assis Fernandes.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os semestres apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora foi autorizada pela Administração em 31 de agosto de 2018.

2.1 Base de preparação

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias estão em conformidade com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela SUSEP, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar, através da Circular SUSEP 517/2017 e alterações posteriores.

O balanço patrimonial de 30 de Junho de 2018 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017. As demais demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma comparativa com os valores relativos a 30 de junho de 2017.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação ao valor justo de ativos financeiros nas categorias "disponíveis para negociação" e "avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras intermediária foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não houve outros resultados abrangentes além do resultado do semestre, não sendo, desta forma, apresentadas as demonstrações do resultado abrangente.

A Seguradora optou por demonstrar o fluxo de caixa nas demonstrações financeiras intermediárias referente ao semestre findo em 30 de junto de 2018 pelo método indireto, conforme demonstrado no quadro do fluxo de caixa – método indireto, com informações comparativas de 30 de junho de 2017, anteriormente apresentadas pelo método direto.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do semestre.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias e outros ativos de curto prazo com vencimento original de três meses ou período menor, de alta liquidez e com baixo risco de variação ao valor de mercado.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação e mensuração

Os ativos financeiros no reconhecimento inicial são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, e que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos.

Os ativos financeiros apresentados como "Valor justo por meio do resultado" são ajustado na data do balanço pelo seu valor de mercado.

(a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no momento inicial de sua aquisição. Apenas os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente estão classificados nesta categoria e a contabilização dos ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado.

(b) Recebíveis
Incluem-se nesta categoria os recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguros" e "Demais contas a receber".
Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

(c) Determinação do valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado.

2.4.2 Compensação de ativos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados, substancialmente, de forma segregada no balanço patrimonial da Seguradora.

2.5 *Impairment* (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros avaliados ao valor justo

A cada data de balanço a Seguradora avalia se há evidências de que um determinado ativo classificado nesta categoria está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por *impairment* registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do semestre.

Perdas por *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do semestre não são revertidas em períodos subsequentes. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado ao evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(b) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo recebíveis)

Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e, havendo evidência objetiva de perda por *impairment*, é efetuado registro no resultado do exercício.

Os recebíveis originados de contratos de seguros, como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e o *impairment* (recuperação) é apurado com base em estudo próprio levando em consideração o histórico de perdas incorridas.

(c) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que apresentam vida útil indefinida são testados por *impairment* anualmente. Para os demais ativos não financeiros, o teste é realizado se houver indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável através da venda ou uso. Para a identificação da necessidade de realização do teste de *impairment* alguns aspectos são analisados pela administração, tais como: diminuição acima do esperado do valor de mercado de um ativo; mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade que tenham ocorrido durante o período em análise; mudanças nas taxas de juros de mercado ou de retorno sobre investimentos; evidência de obsolescência ou de dano físico de um ativo; dentre outros. O teste é feito agrupando-se os ativos nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão *do impairment* antes do final do semestre.

2.6 Avaliação de contratos de resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro.

2.7 Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, veículos, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico. Conforme previsto pela Lei nº 11.638, o custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data da preparação das demonstrações financeiras intermediárias.

Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação não diferem, substancialmente, das utilizadas pela legislação fiscal vigente. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil.

2.8 Investimentos

Os investimentos representam em sua totalidade ações detidas no IRB - Brasil Resseguros S.A. e Seguradora Líder S.A (DPVAT).

2.9 Contratos de arrendamento mercantil (*leasing*)

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação.
Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do semestre pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Seguradora detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.
Até a data da divulgação não tivemos contratos de arrendamento mercantil classificados na categoria de *leasing* financeiro.

Na categoria de *leasing* operacional, temos equipamentos e veículos.

2.10 Contratos de seguro

A Seguradora classifica todos seus contratos emitidos como contratos de seguros, uma vez que estes transferem risco significativo de seguro. A Seguradora define como regra geral risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

Os contratos de resseguros também são classificáveis segundo os princípios de transferência de risco de seguro conforme CPC11 - Contratos de Seguro.

2.11 Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

2.11.1 Passivos de contratos de seguros

A Seguradora adotou a isenção contida no CPC11 - Contratos de Seguro e utilizou as políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil que estão relacionadas adiante, utilizadas para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, se aplicável, de encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões técnicas descritas a seguir são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais e seus critérios, premissas e formulações estão detalhadas em Nota Técnica Atuarial.

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos objetivando reservar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar ao segurado, quando do aviso dos sinistros.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o aviso do sinistro.

2.11.2 Teste de adequação dos passivos

Em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação de passivos com o objetivo de verificar sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste.

O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas incrementais e de liquidação de sinistros e deduzindo-se as despesas de aquisição diferidas. Retornos de investimentos, custos de resseguro, apólice e o adicional de fracionamento não são considerados.

Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são segmentados por grupos de ramos conforme determina a regulamentação específica.

Para ramos de risco decorrido, a Seguradora considera o histórico dos prêmios ganhos de cada contrato, para apurar sua melhor estimativa de receita de prêmios em períodos posteriores à data-base de cálculo.

Para aferição dos fluxos foi considerada como referência a sinistralidade corrente dos grupos de ramos analisados.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco (ETTJ), publicadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), considerando o cupom da curva de juros do indexador da obrigação IGP-M.

Caso seja identificada qualquer insuficiência no teste em referência, a Seguradora registra imediatamente a perda ajustando provisões que tenham originado tal deficiência.

Dado os resultados obtido pelo Teste de Adequação de Passivo, nos semestres 2018 e 2017, o passivo encontra-se adequado às necessidades de cobertura dos riscos assumidos.

2.12 Passivos financeiros

Passivos financeiros são quaisquer passivos que sejam considerados uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro, ou de trocar ativos ou passivos sob condições desfavoráveis, bem como, um contrato que será ou poderá ser liquidado com instrumentos patrimoniais da própria entidade.

2.14 Benefícios a empregados

A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e registradas segundo regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

2.15 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", equivalentes ao IAS37, e leva em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Seguradora conforme segue:

(a) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(b) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(c) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

2.16 Impostos sobre o lucro

A provisão para impostos de renda e diferido foram constituídas à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável que excede R$ 120 no semestre, e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota 15% sobre o lucro tributável até agosto de 2015 e a alíquota de 20% à partir de setembro de 2015, sendo aplicável até o exercício de 2018.

Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas.

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

2.17 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui o seguinte:

. Os prêmios de seguros e resseguros e as correspondentes receitas e despesas de comercialização, são contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa. Nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.

. As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Companhia Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

- As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades repassadas ao IRB e às outras companhias.

- As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IBR Brasil Resseguros S.A..

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras intermediárias ao final do semestre, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável e ao que for maior entre: (i) 50% do lucro líquido da Seguradora (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda); e (ii) 50% dos lucros acumulados da Seguradora e das reservas de lucros.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias são utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos. Para estas estimativas a administração utiliza experiências de eventos passados e/ou correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

(a) Cálculo de *impairment* de ativos

A administração avalia anualmente seus ativos para a verificação da necessidade de registro de *impairment* quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável conforme o CPC01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

(b) Avaliação de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui processos judiciais, cíveis e fiscais na data de preparação das demonstrações financeiras intermediárias. As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas, de acordo com o CPC25-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, equivalente ao IAS37.

Na data de preparação das demonstrações financeiras intermediárias a Seguradora não possuía processos judiciais de natureza trabalhista.

(c) Avaliação de passivos de seguros

A Seguradora faz uso de fontes internas e externas de informação disponíveis sobre experiência passada, além de indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e, dos atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros de contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Mesmo considerando todos indicadores disponíveis e experiência passada, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados.

(d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos quando relevante é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço.

4 Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de seguros

4.1 Gestão de risco de seguro

As operações da Seguradora estão voltadas para a modalidade de Riscos de Pessoas que compreendem: seguro de vida, seguro funeral, seguro de acidentes pessoais, seguro educacional, seguro viagem, seguro prestamista, seguro de diária por internação hospitalar, seguro desemprego (perda de renda), seguro de diária de incapacidade temporária, seguro de perda de certificado de habilitação de voo, DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não), habitacional (coberturas dos Riscos de Morte e Invalidez Permanente).

Nossa premissa básica é o atendimento das necessidades dos clientes, customizando a adequação dos riscos oferecidos com lucratividade, priorizamos o nosso compromisso com a responsabilidade social, no sentido de atingirmos segmentos que não possuam acesso a seguros, que não estejam com suas necessidades atendidas ou que possuam produtos inadequados ao seu perfil.

Focamos também em nichos com o intuito de sermos especialistas através da elaboração de apólices especificas para cada perfil de cliente "*Taylor-made*".

Os seguros disponibilizados podem ser contratados nas seguintes formas:

. Individual - quando os segurados preenchem propostas com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que expressa a intenção de contratar uma cobertura (ou coberturas), manifestando pleno conhecimento das condições contratuais.

  Coletiva - quando os segurados aderem a uma apólice contratada pelo estipulante, que podem ser produtos padronizados ou a produtos específicos, onde as apólices são customizadas de acordo com a necessidade e pedido dos clientes. Os seguros são angariados por corretores legalmente habilitados.

A Administração acredita que o limite de retenção atual é consistente com as práticas de subscrição e não afetam a capacidade da Seguradora em conduzir seus negócios, os quais se orientam na busca de crescimento contínuo.

Em agosto de 2017 foi concedido a Seguradora, através da portaria Susep nº 5.465, direito a operar seguros de danos.

O cálculo do excedente de responsabilidade compreende a diferença entre o limite de retenção praticado pela Seguradora e o limite de resseguro automático.

Sensibilidade do risco de seguro

O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas nos produtos de seguros bem como a inadequação em relação subscrição e precificação.

Das operações de seguros, as provisões de sinistros representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da seguradora com seus clientes.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade das provisões técnicas de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR, Provisão de Sinistros a Liquidar e, de Insuficiência de Prêmios – PIP.

Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido:

1. Provisões Técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo:
- **1.1.** IBNR: agravo de 5% nos sinistros que compõem a provisão. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um aumento em todos os sinistros ocorridos e avisados, do período de 36 meses;
- **1.2.** PSL: agravo de 5% no valor do sinistro avisados, mas ainda pendentes;
- **1.3.** PDR: agravo de 5% no valor das despesas relacionadas a sinistro retido utilizado no cálculo. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido a Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG – é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras;
- **1.4.** IBNeR: agravo de 5% no valor da provisão para ajuste da PSL;

(b) Sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido da carteira.

(c) Despesas Administrativas: uma elevação de 5% no valor das despesas administrativas da carteira.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

		Impacto sobre o Patrimônio Líquido		**Impacto no Resultado**	
Fator de Risco	**Sensibilidade**	**Valores Brutos de Resseguro**	**Valores Líquidos de Resseguro**	**Valores Brutos de Resseguro**	**Valores Líquidos de Resseguro**
1. Provisões Técnicas	Total das alterações sobre as provisões técnicas	**(1.823)**	**(1.303)**	**(1.823)**	**(1.303)**
1.1.IBNR	Agravo de 5% nos sinistros ocorridos	**(827)**	**(527)**	**(827)**	**(527)**
1.2.PSL	Agravo de 5% nos sinistros avisados	**(753)**	**(533)**	**(753)**	**(533)**
1.3.PDR	Agravo de 5% na provisão	**(172)**	**(172)**	**(172)**	**(172)**
1.4.IBNeR	Agravo de 5% na provisão	**(71)**	**(71)**	**(71)**	**(71)**
1.5. PCC	Agravo de 5% no sinistro retido	**-**	**-**	**-**	**-**
1.6. PCC	Agravo de 5% nas Despesas Administrativas	**-**	**-**	**-**	**-**
2. Sinistro Retido	Elevação do sinistro retido em 5%	**(134)**	**-**	**(134)**	**-**
3. Desp. Administrativas	Elevação nas despesas administrativas em 5%	**750**	**-**	**750**	**-**

4.2 Gestão de riscos financeiros

A carteira de investimentos está exposta a riscos financeiros que são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, que levam em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora.

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Seguradora são:

(a) Risco de mercado

Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices.

O principal fator de risco de mercado presente no balanço é a taxa de juros pré-fixada. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção de estrutura, a termo das diversas taxas de juros. De modo geral, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa; uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

(b) Risco de crédito

A Seguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de seus ativos financeiros. Consequentemente existem certas restrições sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam rating de crédito igual ou superior aqueles estabelecidos em nossa política. A política de aplicações financeiras adotada pela administração da Seguradora estabelece as instituições financeiras com as quais a Seguradora pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco seja entre “AAA” até “BBB”, ou seja, bancos que apresentam solidez financeira de excepcional até adequada, através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI ou taxa SELIC , em investimentos com alta liquidez e segurança.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. São analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço.
A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis.

O programa e a política de resseguro somente consideram participantes de mercado resseguradores com alta qualidade de crédito. Até a data-base de análise, a Seguradora mantêm parceria com o IRB Brasil Resseguros S.A..

(d) Capital adicional para risco de subscrição, de crédito e operacional

No Brasil, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, a SUSEP divulgou normas que alteraram, a partir de janeiro de 2008, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das seguradoras.

Nas datas-base de 30 de junho de 2018 e 2017, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora apresentou-se superior ao valor exigido pelas regras de capital mínimo vigentes à época da apuração (vide Nota 20.5).

(e) Resumo da estrutura de gerenciamento de risco

A Seguradora detém em sua estrutura políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora encontra-se exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados.

5 Caixa e equivalente de caixa

	30/06/2018	31/12/2017
Recursos em bancos e em caixa	10.080	7.378
	10.080	**7.378**

6 Ativos financeiros

6.1 Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria e vencimento é apresentada da seguinte forma:

	30/06/2018		%	31/12/2017		%
	Valor de Curva	**Valor de mercado**		**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	
Títulos para negociação	140.318	140.318		**129.499**	**129.681**	
Quotas de fundos de investimentos	4	4	0%	2	2	0%
Letras Financeiras do Tesouro	64.903	64.903	46%	61.777	61.959	48%
Quota de fundos – DPVAT	69.101	69.101	49%	62.181	62.181	48%
Letras financeiras subordinadas	4.266	4.266	3%	4.101	4.101	3%
Ações – IRB	2.044	2.044	1%	1.438	1.438	1%
	140.318	**140.318**		**129.499**	**129.681**	

6.1.1 Composição por prazo de vencimento

					30/06/2018	31/12/2017
	Sem Vencimento	**Até Seis Meses**	**De seis a 12 meses**	**Acima de 12 meses (*)**	**Total**	**Total**
Circulante	71.149	7.501	25.916	35.752	140.318	129.681
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado (*)						
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.501	25.916	31.486	64.903	61.959
Quota de fundos	4	-	-	-	4	62.181
Quota de fundos – DPVAT	69.101	-	-	-	69.101	2
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	4.266	4.266	4.101
Ações – IRB	2.044	-	-	-	2.044	1.438
	71.149	**7.501**	**25.916**	**35.752**	**140.318**	**129.681**

(*) Para fins de fluxo de caixa os títulos classificados como negociação, embora tenham vencimento superior a 12 meses, vem sendo utilizado operacionalmente no pagamento das obrigações em complemento aos demais recursos de caixa, sendo os saldos alocados integralmente no ativo circulante.

(a) Taxa de juros contratada

A taxa de juros contratada para a maior parte dos títulos relacionados acima é SELIC.

(b) Movimentação dos títulos e valores mobiliários

A movimentação das aplicações é apresentada da seguinte forma em 30 de junho:

Em 30 de dezembro de 2017	**129.681**
Aplicações	14.756
Resgates	(8.835)
Rendimentos	4.716
Em 30 de junho de 2018	**140.318**

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtida conforme os critérios abaixo:

. Títulos públicos federais - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Ações - pelo valor de mercado.

6.2Estimativa de valor justo

O CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

(a) Preços cotados (não ajustados) em mercados Ativos para Ativos idênticos (Nível 1).

(b) Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto (Nível 2).

Com exceção das quotas de fundos DPVAT, Letras Financeiras subordinadas, que são classificados no Nível 2, os demais investimentos estão classificados no Nível 1.

6.2.1 Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 30 de junho de 2018

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de propriedades da Seguradora distribuídos por *rating* de crédito conforme agencias de risco Fitch Ratings e Standard & Poor's.

		30/06/2018	31/12/2017
	Rating	**Valor de mercado**	**Valor de mercado**
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado		**140.318**	**129.681**
Ativos prefixados			
Privado			
Quotas de fundo de investimento	Sem rating	4	2
Quotas de fundo DPVAT	Sem rating	69.101	62.181
Letras financeiras subordinadas	A	4.266	4.101
Outras Aplicações - IRB	A-	2.044	1.438
Ativos pós-fixados			
Públicos			
Letras financeiras do tesouro	BB-	64.903	61.959
Exposição máxima ao risco de crédito		**140.318**	**129.681**

7 Créditos e débitos das Operações com Seguros e Resseguros

7.1 Prêmios a receber de segurados

	30/06/2018			31/12/2017		
	Prêmios a receber de segurados	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**	**Prêmios a receber de segurados**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a Receber Líquido**
Patrimonial	14	(2)	12	22	(4)	18
Pessoas Coletivo	18.738	(1.638)	17.100	18.882	(1.944)	16.938
Habitacional	1.594	(369)	1.225	734	(75)	659
Transportes	2.359	(70)	2.289	3.445	-	3.445
	22.705	**(2.079)**	**20.626**	**23.083**	**(2.023)**	**21.060**

Composição quanto aos prazos de vencimento

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer (*)	19.720	20.722
Vencidos até 30 dias (*)	1.605	1.144
Vencidos de 31 a 60 dias	467	453
Vencidos de 61 a 90 dias	319	214
Vencidos de 91 a 120 dias	252	217
Vencidos há mais de 120 dias	342	363
	22.705	**23.083**
Redução ao valor recuperável	(2.079)	(2.023)
Vencidos até 30 dias (*)	(727)	(843)
Vencidos de 31 a 60 dias	(439)	(413)
Vencidos de 61 a 90 dias	(319)	(201)
Vencidos de 91 a 120 dias	(252)	(210)
Vencidos há mais de 120 dias	(342)	(356)
	20.626	**21.060**

(*) Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o saldo de RVNE foi alocado na faixa de a vencer para melhor apresentação, representado R$12.425 e R$13.694, respectivamente.

7.2 Operações com Seguros e Resseguros

7.2.1 Outros créditos operacionais

	30/06/2018	31/12/2017
Consórcio – DPVAT	76	451
Outros créditos	359	72
	435	**523**

7.2.2 Operações com resseguradoras

	30/06/2018	31/12/2017
Sinistros à recuperar	2.776	2.146
Redução ao valor recuperável	(111)	(33)
	2.665	**2.113**

A Seguradora mantém operações de resseguros com o IRB Brasil Resseguros.

7.2.3 Corretores de seguros e resseguros

	30/06/2018	31/12/2017
Comissões a pagar	1.817	1.355
Comissões sobre prêmios emitidos	2.822	2.718
	4.639	**4.073**

8 Ativos de resseguros - provisões técnicas

	30/06/2018	31/12/2017
PPNG - resseguro	3.747	2.890
Prêmio de Resseguro – RVNE	324	367
Sinistros pendentes de pagamento	4.391	2.322
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	5.998	4.318
Provisão despesas relacionadas – Resseguro	106	53
	14.566	**9.950**

9 Títulos e créditos a receber

9.1 Impostos e contribuições

9.1.1 Créditos tributários e previdenciários -ativo circulante

	30/06/2018	31/12/2017
Impostos de renda a compensar	154	326
Contribuição social a compensar	125	263
Outros	21	20
	300	**609**

9.1.2 Impostos e contribuições

	30/06/2018	31/12/2017
Passivo circulante - impostos e contribuições		
IR e CS	638	533
COFINS	416	317
PIS	68	52
	1.122	**902**
Passivo não circulante - provisão para tributos diferidos		
Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação	206	213
	206	**213**

9.1.3 Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	30/06/2018		30/06/2017	
	I.R.	C.S.	I.R.	C.S.
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações	3.339	3.339	3.503	3.503
Juros sobre capital próprio	(1.231)	(1.231)	(1.279)	(1.279)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações e JCP	2.108	2.108	2.224	2.224
Alíquota vigente - %	25	20	25	20
IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal	527	422	558	447
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	74	68	88	57
Adições (exclusões) temporárias	(2.098)	(2.098)	(396)	(396))
Provisões não dedutíveis	2.678	2.678	684	684
Lucro tributável	2.762	2.756	2.599	2.570
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 15% mais adicional de 10% e 20%, respectivamente	678	551	637	514
Incentivos fiscais	(16)	-	(15)	-
Tributos correntes	662	551	622	514
Constituição (reversão) de crédito tributário sobre adições temporárias às alíquotas nominais de 25% e 20%, respectivamente	172	138	25	20
Tributos diferidos	172	138	25	20
Despesas líquidas com tributos	834	689	647	534
Alíquota efetiva - %	40	33	25	20

10 Outros créditos

	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		
Adiantamentos a funcionários	295	57
	295	**57**
Não circulante		
Outros créditos a receber - conta Gráfica (*)	54	54
	54	**54**

(*) Refere-se a valores a receber com o antigo acionista Assistência Médica São Paulo S.A., decorrente do contrato de venda de parte da participação societária firmado em 23 de novembro de 2002, no qual a Assistência Médica São Paulo S.A. se compromete a ressarcir a seguradora todos os desembolsos que venha a efetuar proveniente de fatos ocorridos anteriormente a data de 30 de setembro de 2002.

11 Custo de aquisição diferidos

A classificação e movimentação dos custos de aquisições diferidos é apresentada da seguinte forma em 30 de junho de 2018:

	31 de dezembro de 2017	Constituição	Reversão	30 de junho de 2018
Patrimonial	2	44	(44)	2
Transporte	291	2.246	(2.057)	480
Pessoas coletivo	35.972	238.243	(235.046)	39.169
	36.265	240.533	(237.147)	39.651

	31 de dezembro de 2016	Constituição	Reversão	31 de dezembro de 2017
Patrimonial	-	2	-	2
Transporte	-	844	(553)	291
Pessoas coletivo	35.119	49.015	(48.162)	35.972
	35.119	49.861	(48.715)	36.265

Os custos de aquisição diferidos, são registrados quando da emissão da apólice ou fatura pelo início da vigência do risco reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco. Os prêmios e os correspondentes custo de aquisição cujo período de cobertura de risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes não emitidos – RVNE), são reconhecidos com base em estimativa baseadas em cálculos atuariais que levam em conta a experiência histórica.

12 Investimentos

As contas de investimentos apresentaram o seguinte saldo:

	30/06/2018	31/12/2017
Participação Seguradora Líder (DPVAT)	314	304
	314	**304**

A movimentação no período refere-se ao ajuste da participação da Seguradora Líder através dos demonstrativos mensais recebidos daquela seguradora.

13 Imobilizado

As contas do ativo imobilizado apresentaram as seguintes movimentações:

	Saldo residual em 31 de dezembro de 2017	Aquisições	Despesa de depreciação	Valor líquido em 30 de junho de 2018	Taxas anuais depreciação - %
Terrenos	186	-	-	186	-
Edificações	533	-	(18)	515	4
Informática	171	41	(32)	180	20
Móveis, máquinas e utensílios	90	13	(7)	96	10
Veículos	130	-	(29)	101	-
Imobilizado de uso	**1.110**	**54**	**(86)**	**1.078**	

	Saldo residual em 31 de dezembro de 2016	Aquisições	Despesa de depreciação	Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	Taxas anuais depreciação - %
Terrenos	186	-	-	186	-
Edificações	568	-	(35)	533	4
Informática	166	66	(61)	171	20
Móveis, máquinas e utensílios	43	64	(17)	90	10
Veículos	189	-	(59)	130	20
Imobilizado de uso	**1.152**	**130**	**(172)**	**1.110**	

14 Intangível

As contas do ativo intangível apresentaram as seguintes movimentações:

	Saldo residual em 31 de dezembro de 2017	Aquisições/ adições	Despesa de amortização	Valor líquido em 30 de junho de 2018	Taxas anuais amortização - %
Desenvolvimento de sistemas	78	-	(32)	46	4
Intangível	**78**	**-**	**(32)**	**46**	

	Saldo residual em 31 de dezembro de 2016	Aquisições/ adições	Despesa de amortização	Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	Taxas anuais amortização - %
Desenvolvimento de sistemas	148	-	(70)	78	4
Intangível	**148**	**-**	**(70)**	**78**	

15 Contas a pagar

15.1 Obrigações a pagar

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores	702	355
Participação nos lucros	438	308
Gratificação	35	33
Outros	775	626
	1.950	**1.322**

15.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	30/06/2018	31/12/2017
IOF sobre prêmios de seguros	359	251
INSS	219	250
IRRF	217	301
Fundo de Garantida do Tempo de Serviço (FGTS)	43	62
Imposto sobre serviço	25	32
Outros	38	37
	901	**933**

15.3 Encargos trabalhistas

	30/06/2018	31/12/2017
13° Salário a pagar	266	-
Férias a pagar	752	744
Encargos sociais a recolher	343	251
	1.361	**995**

16 Depósitos terceiros

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios e emolumentos	131	345
	131	**345**

Aging de Depósitos de Terceiros:

	30/06/2018	31/12/2017
De 01 a 30 dias	52	201
De 31 a 60 dias	22	12
De 61 120 dias	52	95
De 121 a 180 dias	5	37
Mais de 180 dias	-	-
	131	**345**

17 Provisões técnicas de seguros

	30/06/2018					31/12/2017
	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões	Total	Total
Compreensivo residencial	32	15	8	1	56	53
Compreensivo empresarial	3	-	5	-	8	6
Responsabilidade Civil Ônibus I	3.233	1.585	547	104	5.469	3.614
Auxilio Funeral	2.690	412	512	63	3.677	1.367
Prestamista	50.240	1.925	1.749	263	54.177	50.621
Acidentes pessoais	1.975	1.913	2.229	751	6.868	4.556
Doenças Graves ou Terminal	-	-	48	2	50	28
Desemprego/perda de renda	-	67	168	63	298	178
Renda de eventos aleatórios	-	23	29	20	72	48
Vida em grupo	8.572	9.822	9.963	1.992	30.349	31.522
Habitacional	59	841	917	55	1.872	1.357
PCHV	-		344	13	357	483
Convênio DPVAT	-	7.594	60.704	748	69.046	62.098
	66.804	24.197	77.223	4.075	172.299	155.931

Movimentação	31 de dezembro de 2017	Constituição	Reversão	30 de junho de 2018
Prêmios não ganhos	62.410	417.732	(413.338)	66.804
Sinistros a liquidar	20.825	43.079	(39.707)	24.197
Sinistros ocorridos mas não avisados	69.817	24.265	(16.859)	77.223
Outras provisões	2.879	92.787	(91.591)	4.075
	155.931	577.863	(561.495)	172.299

A cobertura das provisões técnicas é demonstrada da seguinte forma em:

	30/06/2018	31/12/2017
Provisões técnicas liquidas de resseguro e DPVAT	88.687	83.883
(-) Comissões diferida	(32.844)	(29.530)
Total a ser coberto	**55.843**	**54.353**
Investimentos em títulos e valores mobiliários	69.169	66.032
Recursos livres	**13.326**	**11.679**

18 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

O objetivo desta tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

Desenvolvimento de sinistros brutos de resseguro

	2013	2014	2015	2016	2017	30/06/2018
Data de aviso						
IBNR	7.390	9.075	10.805	12.358	16.185	16.520
Ajuste da PSL	463	310	105	1.428	1.537	1.537
PSL	4.432	4.277	5.493	8.804	12.705	15.066
Provisão de Sinistro	12.285	13.662	16.404	22.590	30.427	33.122
Pagamentos acumulados						
Após um ano	147	168	252	319	4.528	-
Após dois anos	572	722	1.131	5.596	-	-
Após três anos	1.079	1.476	4.210	-	-	-
Após quatro anos	1.345	3.074	-	-	-	-
Após cinco anos	3.557	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros						
Após um ano	1.167	1.395	1.695	2.380	5.635	-
Após dois anos	1.113	1.339	1.639	2.280	-	-
Após três anos	1.488	1.791	2.170	-	-	-
Após quatro anos	1.724	2.016	-	-	-	-
Após cinco anos	1.998	-	-	-	-	-
Provisão reestimada						
Após um ano	1.314	1.563	1.947	2.699	10.163	-
Após dois anos	1.685	2.062	2.770	7.876	-	-
Após três anos	2.567	3.267	6.380	-	-	-
Após quatro anos	3.068	5.090	-	-	-	-
Após cinco anos	5.554	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	7.866	6.836	7.288	8.295	10.163	0
Passivo reconhecido no balanço	12.285	13.662	16.404	22.590	30.427	33.122
Deficit / Superavit	4.419	6.826	9.116	14.295	20.265	33.122
%	56%	100%	125%	172%	199%	0%
Passivos relacionados à carteira de DPVAT.	16.293	15.076	14.940	11.721	8.120	7.594

As provisões de Retrocessão e DPVAT não são consideradas para fins de desenvolvimento. A inclusão destas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que a Retrocessão não é material e o DPVAT é calculado com base em diferentes metodologias. Ambas as informações foram incluídas apenas para fins de conciliação com o passivo total do semestre.

19 Outros débitos

19.1 Provisões judiciais

As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas; a administração da Seguradora entende que estas provisões são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

(a) Processos cíveis

Referem-se a processos movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de coberturas não contratadas nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistro.

(b) Processos de sinistros

A Seguradora tem registro de processos de sinistros em discussão judicial incluídos na rubrica de "Sinistros a liquidar", que em 30 de junho de 2018 apresentava o montante R$ 2.548 (R$ 2.236 em 2017), líquidos de cosseguros e resseguros. A PSL judicial é estimada de acordo com a nota técnica atuarial aprovada pela SUSEP.

As contingências em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão classificadas conforme a avaliação dos assessores jurídicos está assim representada:

	Processos cíveis			Sinistros judiciais		
Chance de ocorrência	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor Provisionado**
Provável	1	18	53	2.924	42.403	6.421
Possível	16	309	397	19	750	186
Remota	94	2.446	37	214	10.072	2.115
Total - 2018	**111**	**2.773**	**487**	**3.157**	**53.225**	**8.722**
Provável	5	184	126	3.176	44.435	7.751
Possível	37	720	-	20	856	187
Remota	130	4.399	-	193	9.851	2.001
Total - 2017	**172**	**5.303**	**126**	**3.389**	**55.142**	**9.939**

	Sinistros judiciais
Movimentação de Sinistros Judicias (exceto DPVAT e despesas)	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	2.208
(+) Adições	2.710
(-) Baixas	(2.682)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	2.236
(+) Adições	1.729
(-) Baixas	(1.417)
Saldo final em 30 de junho de 2018	2.548

O *aging* das provisões de sinistros judiciais tem por base o tempo de pendência a partir da data de aviso ou de transferência de processo administrativo para judicial:

	30/06/2018					
						Vencidos
	Até um ano	Até dois anos	Até três anos	Até quatro anos	Acima de cinco anos	Total
Pessoas coletivo	388	339	287	257	1.277	2.548

	31/12/2017					
						Vencidos
	Até um ano	Até dois anos	Até três anos	Até quatro anos	Acima de cinco anos	Total
Pessoas coletivo	591	414	365	207	659	2.236

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social está representado pelo valor de R$ 32.278 (R$ 32.278 em 2017), mediante a emissão de 27.114.539 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, o qual foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 967, de 12 de maio de 2009, composto por 27.114.537 ações do Sr. Pedro Pereira de Freitas, 1 ação do Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e 1 ação do Sr. Francisco de Assis Fernandes.

20.2 Reservas de reavaliação

Constituída em semestres anteriores em decorrência das avaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação emitidos por peritos especializados.

20.3 Reservas de lucros

(a) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5 % do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa reserva, em cada período, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/1976.

20.4 Dividendos

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual.

20.5 Patrimônio líquido ajustado e Capital Mínimo Requerido

A Resolução CNSP nº 321/2015 estabelece os critérios de exigência de capital a serem observados para operação de seguros. Essa resolução, em conjunto com a Resolução CNSP nº 343/2017, incorporou o capital adicional de risco operacional e alterou a regra de cálculo resultando em um capital regulatório menor a partir de janeiro de 2018.

O critério estabelecido define que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora deverá ser maior ou igual ao Capital Mínimo Requerido (CMR) no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR é composto pelo capital-base e capital de risco, seu valor será o maior entre esses dois valores.

O patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido apresentam-se da seguinte:

Descrição	**30/06/2018**	**31/12/2017**
Patrimônio líquido	38.803	**38.210**
(-) Participações societárias	(314)	(304)
(-) Despesas antecipadas	(10)	(10)
(-) Ativos intangíveis	(46)	(78)
(+)Superavit de fluxo prêmio (-) TAP	10	10
(+)Superavit Prov de fluxo de prêmio	356	329
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	38.799	**38.157**
Capital base (a)	**15.000**	**15.000**
Capital adicional - risco de subscrição	21.226	20.356
Capital de mercado	1.292	1.197
Capital adicional - risco de crédito	1.181	1.190
Benefício da diversificação	(1.492)	(1.428)
Capital adicional - risco de operações	654	562
Capital adicional de risco (b)	22.861	**21.877**
Capital Mínimo Requerido (CMR)	22.861	**21.877**
2018 - maior valor entre (a) e (b)	22.861	21.877
Suficiência de capital (PLA - CMR)	15.938	**15.941**
Ativos Liquidos		
Excesso a necessidade de cobertura de Provisões Técnicas	13.326	11.679
20% do Capital de Risco (CR)	4.572	4.375
Suficiencia de ativos líquidos em relação ao CR	8.754	7.304

21 Partes relacionadas

a) As seguintes transações foram realizadas com partes relacionadas:

	30/06/2018				31/12/2017			
Parte Relacionada	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Despesa**	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Despesa**
Fmcr Administradora de Franchising Ltda	-	-	-	182	-	-	-	416
I.l.i.r. Apoio Administrativo Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-
Matteis de Arruda Sociedade de Advogados	-	-	-	148	-	-	-	369
No Ma'am Empreendimentos e Particip. Ltda	-	-	-	148	-	-	-	288

22 Composição prêmios ganhos, sinistros ocorridos e custos de aquisição

Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus principais indicadores de desempenho são em 30 de junho de:

	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos				Custo de aquisição			
	2018	**2017**	**2.018**	**Percentual**	**2.017**	**Percentual**	**2018**	**Percentual**	**2.017**	**Percentual**
Compreensivo - Resid/Empres.	57	231	(31)	54%	(22)	10%	(12)	21%	(132)	57%
Transportes - RCO	9.733	11	(2.499)	26%	-	0	(2.205)	23%	(14)	127%
Auxílio funeral	7.605	7.591	(1.213)	16%	(805)	11%	(3.288)	43%	(3.313)	44%
PCHV	34	36	126	-371%	-	0	(3)	9%	(4)	11%
Prestamista	15.053	14.840	(2.340)	16%	(4.379)	30%	(10.070)	67%	(9.093)	61%
Acidentes pessoais	12.030	12.525	(2.236)	19%	(2.598)	21%	(5.423)	45%	(5.738)	46%
Doenças graves ou terminais	79	60	(68)	86%	(7)	12%	(25)	32%	(17)	28%
Desemprego/Perda de renda	51	23	(222)	435%	(150)	652%	(25)	49%	(9)	39%
Renda de eventos aleatórios	20	27	(41)	205%	(18)	67%	(1)	5%	(4)	15%
Vida em Grupo	38.757	35.568	(16.956)	44%	(18.550)	52%	(16.906)	44%	(15.431)	43%
Habitacional	3.736	3.096	(744)	20%	(1.085)	35%	(330)	9%	(307)	10%
Convênio - DPVAT	11.259	14.147	(9.566)	85%	(12.122)	86%	(141)	1%	(170)	1%
	98.414	88.155	(35.790)	36%	(39.736)	45%	(38.429)	39%	(34.232)	39%

23 Variação das provisões técnicas

As provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

Provisão	30/06/2018	30/06/2017
Provisão de prêmios não ganhos	(4.601)	(1.361)
Riscos vigentes e não emitidos	208	(127)
Provisões DPVAT	(547)	(262)
	(4.940)	(1.750)

24. Custo de aquisição

	30/06/2018	30/06/2017
Comissão sobre prêmio emitido	(50.679)	(42.756)
Comissão - convênio DPVAT	(142)	(170)
Agenciamento	(723)	(1.006)
Recuperações	9.728	8.213
Variação das despesas de comercialização	3.387	1.487
	(38.429)	(34.232)

25. Outras receitas e despesas operacionais

25.1 Outras receitas

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas operacionais de seguros	834	1.208
Consórcio DPVAT	1.386	1.294
	2.220	2.502

25.2 Outras despesas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com cobrança	(36)	(46)
Despesas com cobrança – DPVAT	(1.118)	(1.210)
Despesas com administração de apólice contratada	(270)	-
Redução ao valor recuperável	(218)	(277)
Outras despesas com operações de seguros e resseguros	(232)	(381)
	(1.874)	(1.914)

26. Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com administração / pessoal	(7.613)	(6.187)
Despesas com serviços técnicos de terceiros	(4.982)	(3.913)
Despesas com localização e funcionamento	(1.144)	(1.145)
Despesas com publicidade e propaganda	(189)	(13)
Outras (despesas) / recuperações	(1.076)	(1.619)
	(15.004)	(12.877)

27. Despesas com tributos

	30/06/2018	30/06/2017
PIS	(432)	(399)
COFINS	(2.655)	(2.452)
Taxa de fiscalização	(564)	(465)
Outras	(18)	(9)
	(3.669)	(3.325)

28. Resultado financeiro

28.1 Receita financeira

	30/06/2018	30/06/2017
Títulos de renda fixa	2.108	3.698
Títulos de renda variável	674	-
Consórcio DPVAT	2.227	3.338
Outras	69	187
	5.078	7.223

28.2 Despesa financeira

	30/06/2018	30/06/2017
Com operações de seguros	(2.038)	(3.321)
Impostos de transações financeiras	-	(380)
Outros	(338)	(7)
	(2.376)	(3.708)

29. Normativos emitidos e ainda não vigentes

Os normativos a seguir relacionados não foram aplicados nessas demonstrações financeiras, e estão em análise pela administração dos possíveis impactos, se algum, na Companhia. São eles:

a) O IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Seguradora para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, ainda não foi homologada pela SUSEP.
b) A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, estabelece que todos os arrendamentos serão reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1° de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida, desde que o IFRS 15 - Receita de contratos com os clientes, tenha sido aplicado na mesma data que a IFRS 16 . A Seguradora está atualmente avaliando o impacto da IFRS 16 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.

c) A IFRS 17, emitida em maio de 2017 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro, se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da margem de serviços contratual (MSC).

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora.

30. Eventos Subsequentes

Entre 30 de junho de 2018 e a data destas demonstrações financeiras ocorreram os seguintes eventos que entraram em vigor a partir da data de publicação das Circulares:

a) Circular SUSEP 572 de julho de 2018, que dispõe sobre provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição, crédito, operacional e mercado; constituição de banco de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas - FIP/SUSEP; Normas Contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuária-IBA.
b) Circular SUSEP 575 de agosto de 2018 , que dispõe sobre base de dados de perdas operacionais, registro dos direitos a salvados e a ressarcimentos, normas contábeís, escrituração e redução ao valor recuperável de ativos..

Não houve outros eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

xxxxx